

Suábios do Danúbio na Mata Atlântica do sul do Brasil: memória ambiental e paisagem

Monique Gärtner
Jo Klanovicz

Abstract:

This article discusses the settlement process carried out by the Donauschwaben or Danube Swabians in Southern Brazil, from an environmental history point of view on landscape change in Atlantic Rainforest areas of Parana State. We believe that the group sought to build a new agricultural landscape based on its previous experience as farmers in pre-World War II Europe. In Brazil, Swabians had to negotiate their identity with natural conditions found in the west of the State of Parana. Immigrants tried to recreate their identity by the appropriation of technical discourses to be defined as the regional progress promoters of modern agriculture and ethnic labor values. The research made use of technical reports, images and other documents produced by immigrants and local media to read this historical process.

Keywords: landscape history, Southern Brazil, Danube Swabians, modern agriculture, environmental history, environmental memory.

Introdução

Em 2011, descendentes de suábios do Danúbio, um grupo étnico minoritário e de cultura germânica, comemoraram 60 anos de colonização do distrito de Entre Rios, em Guarapuava, no centro oeste do Paraná. Coube à Cooperativa Agrária, empresa estabelecida pelo grupo quando de sua chegada ao Brasil, o patrocínio da festa. Entre música, desfiles e comidas típicas germânicas, entremeava-se o ímpeto de mostrar à comunidade local e regional que os imigrantes expatriados que chegaram na região em 1951 por meio de um acordo entre governo brasileiro e a Organização das Nações Unidas (ONU) e seus descendentes construíram, do nada, uma comunidade de traços “europeus” (por conseguinte, de traços civilizados e progressistas). Mas uma leitura mais atenta das comemorações mostra que há um outro ímpeto marcante, que é o de enfatizar os triunfos da modernização agrícola, da mecanização do campo, da valorização da ética do trabalho rentável, da agricultura orientada para o capital, bem como da tecnologia como elemento fundamental de transformação da paisagem “brasileira” em paisagem “europeia” representada por culturas agrícolas como o trigo, primeiramente, ou da cevada em períodos posteriores.

Comemorar mais de meio século de atividade agrícola e de desenvolvimento econômico regional, especialmente em municípios do sul do Brasil é um evento comum, especialmente quando estamos pensando em seu traço étnico. Em Entre Rios, a neoeuropeização, construída historicamente sob a égide de tensões discursivas aparentes e veladas de classe, de etnicidade e de projetos e planejamentos internos que não necessariamente funcionaram teve reflexos nas relações existentes entre a região de Entre Rios e o núcleo central urbano de Guarapuava, bem como representou transformações da própria paisagem local, humana e natural. Tratou-se de uma neoeuropeização que teve relação direta com o que plantar, o que produzir, o que comercializar em termos agrícolas regionais, e com as sensibilidades políticas, econômicas, sociais e culturais a respeito da agricultura e do mundo rural, inclusive com impactos estéticos e ecológicos. Essa neoeuropeização presente em discursos cotidianos, nas formas de fazer a vivência em comunidade na vida privada e pública teve de construir incessantemente memórias ambientais que pudessem amparar o presente em ficções de fundação de uma colônia eminentemente agrícola.

Quando posicionamos os suábios do Danúbio como grupo imigrante que chegou no Brasil depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), oriundo de campos de refugiados na Europa, essa perspectiva de tensão identitária e de ancoragem da história do grupo à paisagem agrícola ganha uma nova dimensão, marcada por deslocamentos importantes da memória ambiental do próprio grupo.

Neste artigo buscamos discutir alguns elementos do processo de neoeuropeização da paisagem de Entre Rios, Guarapuava/Paraná, sul do Brasil, a partir de relatos sobre o que os próprios agentes da transformação da paisagem denominaram de “condições naturais” da localidade e faculdade de adaptação dos colonos, que foram apropriadas para legitimar a escolha dessas áreas para a fixação do projeto de colonização desde os anos 1950. Para isso, utilizamos documentos técnicos e os relacionamos com a emergência de um saber técnico bastante presente no sul do Brasil a partir dos anos 1950, além de outras fontes que exibem registros do que entendemos ser uma memória ambiental fundamentalmente acionada para construir a ideia sucesso da colonização agrícola com base étnica e determinada pelo ambiente (na visão dos seus agentes).

Paisagem, ambiente e memória ambiental

Quando discutimos migrações e sua relação com uma história ambiental, ou seja, uma história que considera o ambiente como a síntese das dimensões natural e construída do mundo palpável (Buell, 2001), percorrer o tema da transformação das paisagens e da interface que grupos humanos desenvolvem com o mundo natural a partir de um etnocentrismo é um exercício fundamental para que possamos discutir negociações nas próprias relações ecológicas e na construção da

história de um grupo fixando-se em outro lugar. À medida em que migrantes estabelecem-se em novos lugares, constituem novas paisagens, delimitando e negociando sua sobrevivência com o mundo natural, por meio de sucessivas apropriações de modos de andar, de comer, de vestir, de conversar, de conhecer o que os rodeia. Poderíamos chamar esse processo de etnicização do espaço (Poutignat e Streiff-Fenardt, 1998).

Grande parte dessas negociações e alterações acabam por constituir o substrato para a elaboração de memórias ambientais materiais que revelam parte crucial das relações entre humanos e mundo natural (Uekötter, 2013). Entender o ambiente como memória, nesse sentido, significa considerar as paisagens transformadas como substância das recordações humanas nos sentidos irônico, heroico ou trágico (Uekötter, 2013: 12). Ao construírem paisagens novas, na perspectiva proposta por Uekötter, os agentes dessa transformação materializam interpretações de mundo e das próprias relações ecológicas, que antes foram desestabilizadas e que, agora, acabam por vezes até servindo para sua própria elaboração e reflexão (Uekötter, 2013).

Paisagem, como afirma Barbara Bender, é tempo e espaço. Dora Shellard Correa tem pontuado que a perspectiva de Bender precisa ser contextualizada, uma vez que o modo pelo qual as pessoas concebem e se relacionam com a terra varia ao longo do tempo, do espaço e das condições históricas particulares em que se encontram (Correa, 2014). A paisagem relaciona-se, portanto às circunstâncias econômicas e também a outras como gênero, geração e classe dentro de um mesmo grupo. Nesse sentido, Bender questiona a concepção dominante nos estudos sobre paisagem que a relação cognitiva das pessoas com o espaço físico se dê somente pelas impressões visíveis. Outros sentidos são utilizados nesse processo: o olfato e a audição, por exemplo. Também a memória, as lembranças fazem parte das paisagens. Elas são levadas nas migrações e depois transplantadas, adequadas ou guardadas.

Neste artigo, consideramos a paisagem como uma forma peculiar de conceber e de se relacionar com a terra, já que o termo pode estar associado às mudanças conscientes do ambiente para fins estéticos, de sobrevivência e de permanência de populações humanas (Dean, 2000).

Por carregarem as intenções humanas, as paisagens adquirem importância nos processos de construção da identidade, a partir de marcações materiais. O historiador Simon Schama está pormenorizadamente este fenômeno em *Paisagem e Memória*, especialmente tomando como ponto de partida obras de intelectuais poloneses que articularam a identidade do país à floresta de Białowieża (Schama, 1996). O autor discutiu as sucessivas apropriações da floresta realizada por intelectuais, especialmente em momentos de crise, tais como o período da Segunda Guerra Mundial. À perenidade da floresta e sua resistência frente à devastação a cargo da Alemanha, contrapunha-se, naquele momento, a construção da

semelhança dos poloneses à própria mata, a sua perenidade, força e vida.

Nosso argumento é que, em momentos de incerteza e fragilidade identitária, como aqueles pelos quais os suábios do Danúbio passaram durante a Segunda Guerra Mundial até sua migração e estabelecimento no Brasil, a paisagem acabou sendo um elemento preponderante para a estabilização da identidade do grupo. Nesse sentido, investiram profundamente, porém não de maneira sistemática num primeiro momento, na transformação das paisagens de Entre Rios, no centro oeste do Paraná, levando em conta traços característicos de seus hábitos culturais trazidos da Europa. Esse processo de transformação da paisagem no Brasil, realizado pelos suábios, seria mais um capítulo na trajetória de redefinições de identidade do grupo.

A leitura que operamos sobre a trajetória da redefinição da identidade dos suábios do Danúbio em Entre Rios, no Paraná baseia-se numa perspectiva de história ambiental que busca entender transformações socioambientais em paisagens regionais. Nesse sentido, amparamo-nos, de início, na interrelação entre os níveis natural, socioeconômico e cultural da história ambiental, que favorecem simultaneamente a apreensão e leitura de processos orgânicos ligados às migrações e paisagens até a apropriação cultural que essas modificações geram (Cushman, 2010; Worster, 1991).

No Brasil, essa perspectiva de história ambiental tem sido desenvolvida, especialmente, no sul do país. Um importante dossiê da revista *Esboços* com o título de História Ambiental e Migrações abriu a discussão sobre a relação entre história das paisagens e paisagens sem história, a partir da leitura dos processos de ocupação da Mata Atlântica. No ano seguinte, em virtude inclusive do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações, hoje o principal evento na área de História Ambiental no país, Eunice Sueli Nodari e João Klug organizaram a coletânea intitulada *História Ambiental e Migrações*, que inseriu o binômio em definitivo na historiografia brasileira. Nela, diversos autores discutem desde a migração de pessoas até a migração de plantas, animais e outros seres como fundamentais para a construção das interações entre humanos e mundo natural em novas paisagens. Na obra *História Ambiental no sul do Brasil: apropriações do mundo natural*, foram também publicados capítulos estritamente ligados às dinâmicas migratórias e a transformação das paisagens (Klanovicz, Arruda e Carvalho, 2013). Em 2013, a obra *Migrações e Natureza*, organizada por Eunice Nodari e Sílvio M. de S. Correa deu continuidade à visibilidade de pesquisas sobre migrações e história ambiental, desta vez com aportes de trabalhos não só da América Latina como da Europa.

Nas pesquisas supracitadas, percebe-se que a ideia de escrever uma história *na* paisagem que fique muito além de apenas uma história *da* paisagem, como pontuou certa vez o historiador ambiental José Augusto Drummond (1998), concretizou-se por meio da variedade temática e da riqueza teórico-metodológica. Nesse sentido,

pensar as paisagens e pensar uma história ambiental *na* paisagem permite-nos absorver leituras de áreas do conhecimento histórico mais consolidadas, como a história agrária, dando-lhes, agora, a possibilidade de interpretar não apenas a aclimação humana às mudanças ecológicas e a sofisticados sistemas de cultivo e regimes agrários como também observar suas consequências sociais, econômicas, culturais mas principalmente ecológicas. Algumas questões emergem desse olhar: Como essas tecnologias tem afetado o desenvolvimento, num mundo globalizado? Esse tema também se liga ao mundo regional, no sentido de construção de paisagens agrícolas locais, que, historicamente, são qualificadas como melhores ou piores, mas nunca as mesmas, frente a outras, pretéritas.

Discutir paisagens transformadas remete-nos a ler processos migratórios a partir da ideia de que “natureza” diz mais sobre nós mesmos (ou sobre os migrantes) do que sobre as coisas que tem a ver com o mundo palpável, quando de sua adaptação a novos lugares (sem desconsiderar, ressalte-se, sua dimensão natural). Nesse sentido, a paisagem é uma escrita socialmente localizada, de um conceito muito amplo e fugidio de “natureza”. Nesse sentido, William Cronon (1991) nos lembra que a natureza não é tão natural quanto parece e, se vincularmos a sua apropriação aos mecanismos mentais inerentes à difusão das visões de mundo iluministas, ela permanece sendo uma profunda construção humana. Isso não significa que o mundo não humano seja algo irreal ou um mero alvo de nossa imaginação. Mas o modo como descrevemos e entendemos esse mundo é tão preso a nossos valores e preocupações que os dois nunca podem ser dissociados. Assim, discutir uma paisagem tão radicalmente transformada pelo trabalho humano como é o caso de Entre Rios, no município de Guarapuava/PR a partir da chegada de imigrantes nos anos 1950 e suas múltiplas identidades ligadas à etnicização da paisagem das áreas “coloniais” requer uma abordagem atenta à complexidade e incerteza postas nas interações ambientais. A dialética explorada no desenvolvimento de várias histórias ambientais tem estabelecido um *framework* no qual as relações no coletivo de humanos e não humanos podem ser interpretadas à luz dos níveis orgânico, socioeconômico e das percepções sobre essas mesmas relações, onde o reconhecimento de influências recíprocas entre o social, o ambiental, o científico e o político é fundamental.

Além do mais, o reconhecimento da persistência das forças naturais em diversas áreas desde um patógeno que ataca algumas plantas ou animais em pequenas propriedades até a fazenda agroindustrial, passando pelos sistemas urbanos ou pelo erro no manejo de elementos químicos tem servido para reexaminar a dicotomia problemática entre natureza e cultura e também forçado a discussão desses processos na arena política. Quando pensamos nessas premissas, devemos deslocar o olhar para as construções sociais que permanecem na região em torno de identidades étnicas, de “origens”, das relações de poder entre humanos e não humanos, entre cidade e campo, entre natureza industrializada seguindo agendas

políticas e natureza não industrializada que, por sua vez, também segue destinos políticos numa era ecológica.

Os suábios do Danúbio, ao chegarem no Brasil, puseram-se ao incessante trabalho de apropriar-se dos conhecimentos sobre a paisagem, sobre a natureza local, bem como ao trabalho de apropriar-se da própria condição de agricultores na Mata Atlântica brasileira, o que representaria desafios sociais, culturais, econômicos e ecológicos para eles e consequências ambientais para a relação entre eles e o mundo natural do centro oeste do Paraná.

Suábios: do Danúbio às paisagens da Mata Atlântica do sul do Brasil

A identidade dos suábios acabou ancorando-se num rio, o Danúbio, e não em um único Estado ou nação. A imagem do barco percorrendo o Danúbio com suábios aparece quase que miticamente em diversos discursos que descrevem o grupo étnico e suas relações de poder entre os estados-nação europeus desde o século XVIII. No Brasil, muitas vezes os suábios passarão a ser descritos como “suábios do Danúbio” ou “suábios de Entre Rios”, com uma identidade negociada por novas paisagens, dessa vez, da Mata Atlântica brasileira, predominante na região de assentamento.

Os suábios do Danúbio (*Donauschwaben*) constituem-se, ainda hoje, como uma minoria étnica na Europa. Deslocados do atual território da Alemanha, esse grupo veio a se fixar historicamente nas margens do rio Danúbio, especialmente no território da ex-Iugoslávia, estabelecendo ligações com outros grupos étnicos desde o século XVIII. Ao permanecerem ao longo do Danúbio, construíram fricções interétnicas com grupos iugoslavos, húngaros, romenos, rutênios e poloneses, inclusive com implicações linguísticas.

A antropóloga Kristina Joy Hubbard (2013), ao discutir a construção étnica e sociocultural da população suábia do Danúbio, enfatizou que a leitura de sua constituição só poderia ser feita mediante a observação da história dessa mesma migração. Ao discutir a relação entre os suábios do Danúbio, no Paraná, e a paisagem, é impossível, também, não considerar que esse grupo étnico tem uma longa trajetória de mudanças, de deslocamentos, que puderam formar uma espécie de reservatório de identidades, mediante escolhas sempre tensas. Hubbard pontua que a construção dos suábios como suábios do Danúbio tem início no século XVIII, quando inúmeros alemães foram encorajados a emigrar para terras em torno do rio Danúbio, nas regiões que hoje conhecemos e localizamos como sendo a ex-Iugoslávia, a Romênia e a Hungria, em embarcações chamadas de “Caixas de Ulm”.

Cerca de 150 mil pessoas (na condição de agricultores) desceram o rio Danúbio e colonizaram as regiões de Banat, Batschka e Schwäbische Türkei, depois Sirmien e Slawonien. Todos esses imigrantes falavam diferentes dialetos e

acabaram recebendo a designação de suábios por populações húngaras, em razão de terem saído de Ulm, na Suábia alemã, em direção as novas terras.

Para Hubbard (2013), a importância dos suábios na região colonizada foi a de transformar terras que antes eram improdutivas em áreas de cultivo, especialmente de cereais. Numa época em que a Europa era assolada por crises de subprodução de alimentos, as práticas agrícolas adotadas pelos suábios, tais como a rotação de culturas, os ajudou a fortalecer-se econômica e socialmente nas novas terras. Enquanto mantinham dialetos e antigas tradições, também aprenderam a incorporar novas formas de expressão e linguajar, devido ao longo convívio com populações eslavas dessa região. O que resultou daí, conforme a autora, foi uma cultura inteiramente nova, sendo que muitas gerações novas acabaram descrevendo-se como de origem alemã, iugoslavas, romenas ou húngaras.

Ao longo da Segunda Guerra Mundial, esses grupos acabaram sendo identificados como alemães e forçados a redefinirem-se nesses termos. Com o fim do conflito em 1945, os suábios tornam-se vítimas de perseguições identitárias iugoslavas, chefiadas pelo marechal Josep Broz Tito, mas também de outras autoridades. Embora a política de Tito advogasse o caráter multiétnico da população iugoslava, aqueles de etnias alemãs, por conta da guerra, perderam suas propriedades e a possibilidade de reivindicar cidadania iugoslava.

Em 1949, a Ajuda Suíça à Europa (*Schweizer Europahilfe*) passou a procurar terras agricultáveis no Brasil e enviou ao país uma comissão de estudos a fim de localizar terras próprias para a colonização. A comissão era composta pelo padre Josef Stefan, o engenheiro agrônomo Michael Moor¹ e Georg Bormet, sacerdote da Diocese de Bomfim no Estado da Bahia, que atuou como tradutor e secretário da comissão (Stein, 2011).

De acordo com o engenheiro agrônomo Anton Gora, um dos motivos da escolha pelo Brasil pelo grupo de refugiados e pela Ajuda Suíça era a facilidade oferecida pelo governo brasileiro ao projeto de colonização. O historiador Marcos Stein observa que, após a Segunda Guerra Mundial, especificamente a partir de 18 de setembro de 1945, o governo brasileiro retomou o projeto de imigração. Getúlio Vargas sancionou o Decreto lei nº 7967 e a partir dali o Brasil assinou vários acordos com os países afetados pelo conflito com o objetivo de possibilitar a vinda desses grupos.

Ao governo brasileiro interessava o trabalho experiente dos imigrantes suábios no cultivo de trigo para aumentar a produtividade e expandir a produção nacional do produto. O trigo, além de poder ser vendido em forma de farinha, também poderia servir de adubo, no caso da palha, e como alimento para os animais, no caso do farelo. Enquanto isso, o governo garantiria o preço mínimo de venda do cereal, o que fazia parte constante da política do trigo no país a partir dos anos

¹ Moor foi o primeiro presidente da Cooperativa Agrária e liderou a execução do projeto de colonização das 500 famílias.

1950, como afirma Célio Colle (1998).

O cultivo de trigo, por si só, está intimamente relacionado com a história da agricultura brasileira dos anos 1950. Ele é, em certa medida, a base para a mecanização de outras culturas a partir dessa década, e também apresenta uma grande flutuação, como cultura, no âmbito da história das culturas produzidas no país.

Célio Colle pontua, amparando-se em trabalhos anteriores como o de Freitas e Delfin Netto (1960), que a produção brasileira de trigo adquiriria importância econômica justamente a partir da década de 1950. Havia uma real vontade política para impulsionar o cultivo de trigo, marcada pela criação de estações experimentais e pesquisas sobre a adaptação de cultivares e desenvolvimento de sementes apropriadas, tanto é que, de 1944 a 1949, a área plantada de trigo no Brasil alcançou mais de 300 mil hectares, o que culminou com a criação do Serviço de Expansão do Trigo (SET) (Colle, 1998: 19). Note-se que a oferta e expansão do trigo no mercado nacional foi impulsionada pela elevação do preço da cultura no mercado internacional do segundo pós-guerra.

É nos anos 1950, também, que o Brasil assina um acordo de importação de 1,80 milhões de toneladas de trigo dos EUA, que não era bom para a panificação, pagando 40% a mais do que o importando da Argentina e do Uruguai, em cruzeiros. Em certa medida, isso forçou o próprio estado a tomar medidas garantindo a sobrevivência tritícola nacional por meio da instituição do regime de aquisição obrigatória da produção nacional por moinhos instalados no país (Colle, 1998:19).

O Ministério da Agricultura estabeleceu que o Banco do Brasil, por meio do Cacex, exerceria o papel de único fornecedor de trigo em grãos importados aos moinhos brasileiros (1952). Com o crescimento da produção interna e tendo em vista a deficiência de armazéns e silos para acondicionamento do produto, o Governo instituiu, através do Decreto n. 41.490, de 12 de fevereiro de 1957, a Comissão para a Organização da Triticultura Nacional (COTRIN). Essa comissão foi incumbida de fundar cooperativas de tricultores e de promover a construção de unidades de armazenamento, bem como administrar financiamentos para suas instalações. O período foi marcado pela euforia, quando várias cooperativas foram fundadas, mas também por frustrações de safras, como as de 1958-9, destruídas por anomalias climáticas, revelando a fragilidade da triticultura nacional (Colle, 1998: 21-22).

A partir de 1962, o Banco do Brasil teria a exclusividade de toda a compra do produto nacional e estrangeiro. No mesmo ano foi criada a Comissão de Compra do Trigo Nacional (CTRIN), com a finalidade de comprar a produção nacional e revendê-la aos moinhos, responsabilizando-se por todas as despesas de estocagem e movimentação do trigo (Colle, 1998: 22).

Quem plantava trigo, a partir dessas políticas, passou a ser beneficiado com as políticas de impulso da cultura especialmente no sul do Brasil. Os projetos de

desenvolvimento econômico a partir de produtos primários, em um regime de agricultura moderna despertou o interesse de governos do sul do Brasil a partir dos anos 1950. Observando o processo de incremento da oferta de extensão rural e de assistência técnica que começara a se alastrar no Brasil a partir do final da década de 1940, por meio de acordos com a Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social (AIA), os estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná passaram a constituir suas associações locais de crédito e extensão rurais. O mote desse movimento era desenvolver uma agricultura moderna a qualquer custo, e não faltavam discursos e autarquias para isso na região, que iam desde o apelo à etnicidade e à laboriosidade como valores éticos de trabalho de imigrantes europeus na área, até a tecnologia como elemento fundamental para arrancar o mundo rural do “atraso” para o “progresso” (Mores e Klanovicz, 2014; Klanovicz, 2007; Silva, 2002; Lohn, 1997).

No Paraná existe um discurso que construiu a ideia de modernização da agricultura via o despertar do interesse do governo estadual pelas práticas modernas, mecanizadas e cooperadas de plantio de culturas europeias, especialmente o trigo. No centro-oeste do Estado, por exemplo, grande parte da experiência da colonização dos suábios do Danúbio é narrada a partir da ideia de que o estado tinha interesse de se tornar autossuficiente na produção de trigo, o que teria sido fundamental para a fixação do grupo de imigrantes na região.

O então governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto trabalhou incessantemente para implantar a colônia de Castrolanda, com imigrantes holandeses no município de Castro, bem como a colônia de Witmarsum, com imigrantes teuto-russos no município de Palmeira. A Secretaria de Estado da Agricultura, entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1950 era dirigida por Lacerda Werneck, que encontrou no trigo a justificativa para negociar com elites econômicas e políticas estaduais a fixação dos suábios no centro oeste do estado (Gärtner, 2014).

Em uma reunião com a comitiva, Lacerda Werneck indicou algumas alternativas possíveis para a colonização. O secretário mostrou áreas no município de Clevelândia, localizado no Sul do Estado, mas a proposta foi rejeitada devido à distância da linha férrea. Sugeriu áreas na região dos Campos Gerais, no município de Ponta Grossa, mas o solo apresentava pequena profundidade e alta acidez (Gärtner, 2014). O mesmo aconteceu na região de Goioxim, próximo à Guarapuava, onde a área não apresentava uma topografia adequada à mecanização e havia muitas rochas.

Os suábios vieram ao Paraná em busca de uma terra mais adequada ao cultivo de trigo: uma terra relativamente plana, de solo profundo e com poucas pedras. De acordo com o engenheiro agrônomo Albert Elfes (1971), técnicos observaram que o município de Guarapuava, especialmente o distrito de Entre Rios apresentava melhores condições climáticas, topográficas e o solo era mais rico em nutrientes do

que em outras áreas do centro oeste do Paraná. Naquele distrito havia a possibilidade de aquisição, por parte do empreendimento colonizador, 22 mil hectares, próximos a uma ferrovia. Por iniciativa do engenheiro agrônomo Michael Moor, mais de 2.400 pessoas de 500 famílias foram reunidas nos campos de refugiados da Áustria com vistas ao projeto de colonização de Entre Rios.

Na época, a comissão recebeu algo em torno de 8 milhões de francos suíços da entidade *SwissAid* para a compra dos 22 mil hectares, sendo aproximadamente 10 mil hectares de campo e 12 mil hectares de floresta de araucárias (*Araucaria angustifolia*) e imbuías (*Ocotea porosa*). Além disso, foram disponibilizados 6,5 milhões de francos suíços para o estabelecimento da colônia e mais 800 mil para o transporte marítimo dos imigrantes, com outros aportes de outras organizações estrangeiras (Gärtner, 2014). Estes auxílios foram cedidos sem exigência de retribuição, o que mais tarde passou a fazer parte do capital da Cooperativa Agrária Agroindustrial. Além desses recursos houve ainda a aquisição de caminhões, um gerador de energia movido a vapor e outras máquinas. Tratores de esteira e implementos agrícolas foram emprestados pelo governo do Estado do Paraná (Gärtner, 2014).

O primeiro contingente de pessoas partiu de Genova, Itália, em 22 de maio de 1951 e chegou a Santos, Brasil, em 6 de junho. O sétimo e último contingente chegou em Entre Rios, Guarapuava, Paraná, em 3 de março de 1952. Composto por agricultores, artesãos, operários e motoristas, o grupo de imigrantes ficou alojado por seis semanas na Escola Aplicação, em Guarapuava, enquanto eram erguidos os abrigos no distrito.

Quando chegaram, os imigrantes encontraram duas atividades econômicas principais a criação de gado bovino e a extração de madeira de lei. As condições climáticas e de como elas foram divulgadas, legitimam a escolha dessa área pela comissão anteriormente citada. Todo trabalho era feito com tração animal. Só alguns anos depois é que a mecanização com arados e tratores começou a ser propalada, dentro de um processo que foi conhecido como uma reforma agrária interna na Cooperativa. A Cooperativa proporcionava ao cooperado maquinários, silos, comercialização dos produtos e aquisição de insumos.

Durante os primeiros anos a colônia sofreu algumas crises. A primeira delas ocorreu já no ano de 1952 quando os recursos da Ajuda Suíça à Europa mostraram-se insuficientes devido as despesas não previstas e à desvalorização do cruzeiro. O Banco do Brasil então, se dispôs a financiar o desenvolvimento da colônia com a condição de que o capital suíço fosse doado em troca da dívida. A condição foi aceita e a Ajuda Suíça à Europa afastou-se de Entre Rios. Mais tarde, e com frequência, aconteceram as más colheitas que também prejudicaram a vida próspera da comunidade.

Apenas um grupo de agricultores mais empreendedores conseguiu melhorar de condição através do arrendamento de terras para o cultivo de arroz. Entretanto,

quando voltaram a plantar trigo houve frustrações nas safras, pois não sabiam que as terras de campo nativo somente após dois ou três anos do término do cultivo de arroz, tendo em vista a existência de um composto alumínio nocivo, estariam recuperadas para o cultivo de trigo, aliado ao fato da ocorrência de geadas tardias e inesperadas.

Devido a esses fatores, os colonos, mesmo possuindo créditos de financiamento das lavouras, não conseguiram mais manter seu ritmo de produção agrícola. Todas essas dificuldades ultrapassaram a capacidade da cooperativa, por isso, ela se viu diante de dificuldade de crédito junto aos bancos e, portanto, de mãos atadas para ajudar os cooperados. Enfraquecida, a Cooperativa Agrária convenceu seus cooperados a comprarem dela fertilizantes doados pelo governo alemão com um acréscimo de 10% sobre o preço. O superávit obtido possibilitou a aquisição de 2 mil hectares de terras, área essa que seria destinada para uma reforma agrária interna da cooperativa.

Esse sistema consistia em comprar grandes áreas de terra e dividi-las em lotes menores que eram revendidos aos cooperados. Nos anos seguintes a cooperativa continuou financiando projetos dessa natureza, adquirindo mais 14 mil hectares para serem arrendados e, até comprados pelos seus associados. Com essa receita, a cooperativa conseguiu também construir um colégio e um hospital. Contudo, apesar de todos os esforços, frequentemente faltavam adubos e implementos importantes e as máquinas trazidas da Alemanha, através do Acordo Básico de Cooperação Técnica, mostravam-se igualmente inapropriadas para o trabalho com as matérias primas locais. Além disso, os agricultores também não estavam acostumados com adubação química, pois na Europa, em sua maioria, eles enriqueciam os solos com fertilizantes naturais. Para introduzir novas culturas faltava conhecimento e experiência, uma vez que a variedade de grãos teria que adaptar-se às condições naturais do Brasil.

Com o passar do tempo, os colonos foram se familiarizando com o solo e se recuperando da crise. Nesse momento, surgiu em Entre Rios uma classe de produtores médios que aumentava suas áreas de plantio com novos arrendamentos. Demorou dez anos para que essas dificuldades iniciais fossem efetivamente solucionadas.

Entre 1950 e 1960, por meio da equipe de agrônomos contratados através de um convênio Brasil/Alemanha de cooperação técnica para os Estados do Sul do Brasil, a Cooperativa Agrária experimentou outras culturas como arroz de sequeiro (*Oryza sativa*), a batata (*Solanum tuberosum*), o tremoço (*Lupinus albus*) e uma variedade de trigo (*Triticum*) oriunda do Rio Grande do Sul, melhorada para as paisagens do sul do Brasil. Anton Gora afirma que a apropriação, por parte dos produtores da Cooperativa Agrária, dessas novas variedades trouxe algum sucesso agrícola. Contudo, como não sabiam adubá-las o rendimento era baixo, com uma produção de trigo que não alcançava a média de uma tonelada por hectare (Gora, 2010). Na

época, de acordo com a Cooperativa, não havia infraestrutura satisfatória para produção e para seu escoamento. Por meio de acordos internacionais e em face do amplo processo de modernização do campo baseado em *inputs* químicos e em implementos agrícolas, característica dos processos levados a cabo por autarquias diretamente ligadas ao desenvolvimento agropecuário brasileiro, a Cooperativa Agrária adentrava um novo capítulo de sua história institucional que estava voltado à mecanização das atividades de plantio, de colheita e de escoamento da produção agrícola.

Essas modificações na forma de produção e no que produzir trouxeram consequências sociais, políticas, econômicas, culturais e ecológicas para o próprio distrito de Entre Rios. Em primeiro lugar, é preciso destacar o importante processo de concentração de terras nas mãos da Cooperativa, que incrementou significativamente a abrangência de suas propriedades de iniciais 22 mil hectares para quase 40 mil em poucos anos. Esse processo teve continuidade a partir dos anos 1960 e a cooperativa conta, atualmente, com mais de 100 mil hectares, incluindo territórios tradicionais pertencentes a populações de ex escravos, em processo de disputa jurídica. Consequentemente, houve uma significativa concentração de renda dentro da própria Cooperativa.

Por outro lado, o rápido processo de expansão das áreas dominadas pela Cooperativa e a subsequente expansão da agricultura moderna trouxe, além do desmatamento ocasionado pela ocupação, o incremento do regime agrícola de monocultura, que hoje é caracterizada especialmente pelo cultivo de cevada, trigo e soja.

Nos primeiros momentos da história da colônia, entre os discursos que apelavam para as características étnicas e de ética do trabalho rentável dos suábios do Danúbio, operou-se, também e decisivamente, o acionamento de outras construções discursivas. Entre elas figurou, de início, o discurso favorável sobre as “condições naturais” de Guarapuava, para a fixação dos imigrantes, a ponto de parecer que o processo de fixação do grupo foi extremamente racionalizado a partir de uma visão tecnicista de deslocamento populacional e de convergência de interesses políticos e econômicos do próprio grupo sobre o espaço a ser ocupado.

É nesse momento que encontramos a intersecção entre os interesses de um grupo de imigrantes por fixar-se em terras novas, fora da Europa, em meio a processos traumáticos de recuperação da guerra, e os interesses políticos do próprio grupo e do estado brasileiro, devido ao alastramento do processo de modernização agrícola regional, com consequências socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais.

As “condições naturais” de Guarapuava

Diversos agentes de transformação da paisagem em Entre Rios teceram

considerações sobre o processo migratório, sustentando seu sucesso em discursos técnicos, tais como o das “condições naturais favoráveis” ao desenvolvimento da agricultura de clima temperado na região centro oeste do Paraná.

O historiador Marcos Nestor Stein, retomando as observações de Lacerda Werneck em relatório de Albert Elfes sobre a Cooperativa Agrária, enfatiza que esse agente político fora um dos primeiros a pontuar as condições naturais como elemento de atração dos suábios para a região (Stein, 2011: 59). Stein lembra que outro fator de atração dos imigrantes por parte do governo do Paraná foi o envio, em 9 de abril de 1951, de correspondência para a representação da ‘Ajuda Suíça à Europa’, no Rio de Janeiro na qual o governo estadual do Paraná comprometia-se a viabilizar trabalhos de medição e loteamento da área a ser colonizada; construção da estrada de comunicação entre Guarapuava e a nova colônia; transporte dos colonos e de seus pertences desde o porto até a área a ser ocupada; mediação de professores brasileiros conhecedores da língua alemã e de um médico; fornecimento de sementes e mudas; acomodação de imigrantes em Guarapuava e fornecimento de porcos, vacas e outros víveres (Stein, 2011: 59-60).

No início de 1951, o decreto 1.229, de 18 de maio, emitido pelo então presidente da república, Getúlio Vargas, possibilitou o financiamento da colonização através do Banco do Brasil, com fundos oriundos de ágios sobre importações, além de ajuda financeira fornecida pelo governo suíço, de 8 milhões de francos (Stein 2011: 60). Os argumentos do decreto presidencial eram a necessidade de ampliar o plantio de trigo em condições ecológicas e técnicas favoráveis a cargo da iniciativa privada, e que Guarapuava, no Paraná, apresentava as condições técnicas para a triticultura, para o emprego de adubos e para a mecanização agrícola apropriadas (Stein, 2011: 61). As “condições naturais” de Guarapuava passavam a ser politizadas pelo decreto presidencial, em meio a um novo capítulo da colonização, no qual a ecologia passava a fazer parte do universo de preocupações da opinião pública acerca do empreendimento. Ainda no primeiro semestre de 1951, o jornal *Folha do Oeste*, publicado em Guarapuava, noticiava, em 10 de junho, que os imigrantes chegariam em terras que,

Por sua qualidade e grande fecundidade, são as melhores: clima, altitude, extenso tabuleiro de campo e matas, tudo nesses vales, promissoramente oferece margem à exploração do cultivo do decantado ouro branco, que até há bem pouco tempo adquiríamos dos mercados estrangeiros em sua totalidade, na de milhões de toneladas anualmente importadas, com o dispêndio superior a um décimo dos orçamentos nacionais. Guarapuava será um futuro celeiro de trigo, quiçá um dos maiores do sul do Brasil, e a União terá nele, um forte colaborador na melhoria do plano econômico de todo o país. (Jornal *Folha do Oeste* *apud* Stein, 2011: 77)

A imprensa local de Guarapuava, intimamente ligada às elites econômicas e sociais do município, repercutia o processo de colonização de Entre Rios em meio

a fazendeiros que tiveram suas propriedades desapropriadas e indenizadas pelo Estado, e que, ainda, obtiveram outras fazendas no norte do Paraná para plantar café, que, na época, era a principal atividade econômica do estado (Stein, 2011: 59 e seguintes). Fato é que, para a própria opinião local, a perspectiva de uma empresa colonizadora que pudesse gerar o “progresso” com base na agricultura moderna era sinônimo de geração de riqueza. Nesse sentido, o discurso técnico e científico, ou pelo menos algo semelhante que estivesse amparado em saberes ecológicos, serviria sobremaneira para a construção regional da colonização como elemento fundamental no desenvolvimento econômico do estado do Paraná.

A consolidação de uma visão que desviasse o olhar das preocupações e estratégias políticas do estado acerca da atração de imigrantes para outra que apelava ao conhecimento técnico consolidou-se em 1952, quando um primeiro relatório técnico acerca das condições da colônia foi lançado. *A colônia dos Suábios no Município de Guarapuava no Estado do Paraná*, escrito pelo suíço Walter Gossner, era um documento encomendado pela Ajuda Suíça à Europa com o objetivo de verificar a situação da colônia e a adaptação dos imigrantes ao novo espaço em que chegaram no Brasil. Em 63 páginas, Gossner enfatizava as condições naturais da terra como elemento fundamental para o florescimento da colônia e identificava Guarapuava como tendo um clima “saudável para o europeu” (Gossner, 1952).

O autor inicia o relatório observando que recebera convite do secretário da comissão da Ajuda Suíça, Heinrich Fischer, para criar o documento com vistas ao acompanhamento do processo colonizador. De forma sintética, o autor descrevia o Brasil, seus principais polos de economia e deslocava o olhar estrangeiro para seu interior. O texto seguinte indica a localização geográfica do Paraná e as principais culturas produzidas no Estado. Além disso, contextualizava o Paraná historicamente, abordando sua independência de São Paulo e destacava a produção de café na porção norte do território.

Gossner descrevia Guarapuava a partir de suas condições geológicas, seu clima, o regime de chuvas e o tipo de solo no qual a colônia estava localizada, buscando a todo instante semelhanças do território do sul do Brasil com as características climatológicas europeias (especialmente aquelas que não viessem a prejudicar a saúde dos imigrantes). O relator descrevia o assentamento (*Siedlungsgebiet*) como uma área composta por 1/3 de florestas (7.000ha) e 2/3 (14.000ha) de campo. A predominância de campos era identificada pelo autor como extremamente positiva na medida em que poderia servir como área de trabalho adaptada a modernas técnicas agrícolas (mecanização).

Ao detalhar o clima, mais adiante, Gossner descrevia um verão “não muito quente” e um inverno “rigoroso” “parecido com a antiga pátria”. Um elemento fundamental na sua descrição foi o fenômeno das geadas, que também favoreciam o plantio de variedades agrícolas já conhecidas dos imigrantes. Segundo ele:

As geadas ocorrem geralmente em junho, julho e agosto [...] o que impede o cultivo de plantas sensíveis a geadas tropicais, tais como café, banana, mamão, abacate, abacaxi e cana de açúcar. [...] Por outro lado, o clima favorece o cultivo de produtos das zonas temperadas e frias, como: todos os cereais, incluindo milho, arroz, batatas, maçãs, peras, frutas, legumes, uvas, tabaco, lúpulo, linho, cânhamo, etc., e em particular para a pecuária de qualquer tipo (bovinos, suínos, aves, abelhas, bichos da seda, etc.). (Gossner, 1952: 7)

Outro fator positivo do clima é que ele não causaria danos aos imigrantes, uma vez que não se tratava de um ambiente tão díspar ao da Europa e mesmo as temperaturas mais elevadas não afetam o trabalho no campo. Em relação às chuvas, o autor afirma que é a região mais favorecida comparada a outras do Brasil:

A precipitação pluviométrica dos últimos dez anos varia entre 2164 mm e 1286 mm, com média de 1728 mm por ano, o que somada ao trabalho apropriado do solo cria possibilidades de cultivo de variadas culturas. [...] Nos anos 1938-1948 não houve um único mês sem chuva. [...] E não há diferença abrupta entre uma estação chuvosa e seca [...], como no estado de São Paulo, onde, geralmente, apresenta mais de 80% a precipitação anual, nos meses de outubro a março, enquanto os meses de inverno são, muitas vezes, completamente sem chuva lá. (Gossner, 1952: 7)

O relatório segue com a apresentação do balanço hídrico (*Wasserhaushalt*). De acordo com o autor, a região contava com inúmeras nascentes e riachos que surgem “ao pé da colina de pequenas planícies muitas vezes um pouco pantanosas, onde existem também muitas cachoeiras, algumas usadas para produzir energia nas hidrelétricas” (Gossner, 1952). Em relação ao solo, Gossner pontuava que era “profundo, cor castanha, facilmente de ser trabalhado, solto, uniforme, poroso, permeável, úmido e limoargiloso, o que aumenta a capacidade de absorver e reter a umidade, resultando em baixa perda de matéria orgânica” (Gossner, 1952: 9-10). Além das condições naturais, apontadas no relatório, para o autor, a vinda de famílias completas e não de solteiros contribuiu na colonização, pois se tratava de um grupo de longa tradição do trabalho com a terra e que já conhecia bem as técnicas e os métodos de cultivo de algumas variedades como o trigo (na ótica do que adotava na Europa). Adjetivos como “aplicados”, “progressistas”, “trabalhadores”, “sadios” e “resistentes” era atributos dados aos imigrantes no relatório. Gossner relatou não ter encontrado nenhum doente na enfermaria da colônia e que até então, havia morrido apenas duas crianças e uma das mortes foi provocada por um raio. O processo de europeização da paisagem começava a deslanchar.

“Conquistado – não pela espada, mas com o arado...”

A identidade da Colônia, no Brasil, fixada por meio da prática agrícola moderna e mantida pela coesão dada pela constituição da Cooperativa que agremiava a totalidade das famílias recém-chegadas em Entre Rios, no município de Guarapuava, Paraná, foi-se forjando com base em inúmeros elementos.

Marcos Nestor Stein afirma que o processo de construção da colônia foi carregado de tensões, de lutas discursivas, de acionamento de mecanismos intragrupoais de coesão, e que acabaram por serem construídos na diferença frente a outros grupos, tais como o dos cidadãos “brasileiros” na região centro oeste do Paraná. (Stein, 2011). Entre os elementos de coesão, figuravam o que Gossner chamava de “faculdade de adaptação” (*Anpassungsfaehigkeit*) dos colonos, que eram descritos seguidamente pelos adjetivos de aplicados (*strebsam*), progressistas (*fortschrittlich*), diligentes (*fleissig*), sadios (*gesund*) e resistentes (*widerstansfaehig*) (Stein, 2011: 86).

No Brasil dos anos 1950, em meio ao processo de modernização da agricultura, principalmente no sul do Brasil, características como essas encontravam-se com os ideias de progresso marcadamente proposto pela doutrina desenvolvimentista nacional, a qual, em linhas gerais, apregoava mais capacidade de evolução socioeconômica a empreendimentos e pessoas que fossem imbuídas da ética do trabalho rentável, do empreendedorismo privado e do uso incessante da tecnologia (Klanovicz, 2007; Dean, 2000).

Os anos 1950 foram decisivos na história da modernização da agricultura no Brasil e, especialmente, na construção de uma identidade baseada nos seus efeitos, no Paraná. De um lado, a presença de autarquias que ofereciam assistência técnica e extensão rural estava sendo expandida nos estados do sul do país, seguida de perto pela oferta de financiamentos a culturas exóticas e de grande apelo econômico, como o trigo. De outro, e em certa medida como um reflexo da própria expansão das autarquias modernizadoras, seguia-se a construção interpretativa das elites políticas locais, regionais, estaduais e nacionais, de que apenas uma agricultura amparada na tecnologia e no saber técnico seria capaz de gerar progresso regional.

Foi nesse emaranhado de discursos e de instituições que se consolidou o discurso de que a natureza e as condições naturais seriam determinantes para o estabelecimento de novos regimes agrários, como é o caso da conversão de fazendas de gado em projetos de monocultura de trigo, em Entre Rios. Foi também com base nessa perspectiva que a própria documentação gerada pelo estado do Paraná acerca do projeto enfatizava que a colônia tinha como base uma cooperativa de produção, onde não predominava apenas o fator trabalho ou o fator capital, mas também o fator *natureza* (Governo do estado do Paraná. 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná. 1953 *apud* Stein, 2011: 113).

A conquista do centro oeste do Paraná para a triticultura pelos suábios do Danúbio deu-se, nesse sentido, pelo arado, mas também pela política. Do ponto de

vista interno, a década de 1950 foi um período de instabilidade, uma vez que havia dificuldades para a produção agrícola em Guarapuava, que as próprias condições naturais, tão alegremente alardeadas como fundamentais para o sucesso da agricultura moderna, negociavam com os hábitos e as técnicas de trabalho trazidas por imigrantes. Os arados europeus não sulcavam a terra de maneira tão eficiente como no continente de origem, na medida em que eram muito pesados para os cavalos mais leves da região; a produção de trigo era baixa porque faltava ao solo a adubação correta para que a produtividade fosse possível além do mínimo. A colônia convivia com imigrantes que reemigraram para a Europa, além de crises internas pela distribuição de áreas de terra e de residência (Stein, 2011: 118).

Ao findar as instabilidades iniciais da colônia, diversas produções culturais trataram de reforçar os princípios da laboriosidade, da impetuosidade, da honestidade e resistência do grupo. Em 1964, por exemplo, Helmuth Abeck publicou uma peça de teatro voltada a marcar, do ponto de vista de uma ficção de fundação, o surgimento da colônia (*O raiar do oitavo dia/Der Morgen des Achten Tages*) (Stein, 2011: 118). O que se pretendia com a peça era retratar a narrativa da história da colônia, sem deixar à tona os seus momentos de incerteza, suplantados, sempre, pela laboriosidade e civilidade germânicas do grupo. Reforçar a laboriosidade desse grupo, em meio ao mundo mecanizado de uma agricultura moderna passou a ser prática constante inclusive na construção imagética da colônia, principalmente a partir dos anos 1970 (Figura 1).



Figura 1: Tratores e outras máquinas dispostas em meio a áreas de plantio em Entre Rios (Guarapuava/PR). Acervo de Monique Gärtner.

Os anos 1970 marcam uma guinada nesse processo narrativo, agora sob a forma do que Stein denominou de júbilo das memórias, replicado em publicações de

comemoração da colonização, especialmente em 1971 (20 anos de instalação) e 1976. Desapareceriam quaisquer referências às desconfianças dos imigrantes com relação aos dirigentes da Cooperativa Agrária, bem como os erros de planejamento da colônia que foram em certa medida responsáveis pela instabilidade inicial ou ainda a má adaptação dos imigrantes no ambiente do centro oeste do Paraná, como é o caso das *Klimawunden* notadas no início do empreendimento.

Uma pedra fundamental do empreendimento de colonização passou a simbolizar um marco dos ideais e do encadeamento narrativo, agora monumentalizado, dos suábios no Paraná (Figura 2). Nela, sob um fundo de granito escuro, entalhado em meio a ramas, aparecem os dizeres: “Conquistado – não pela espada, mas com o arado. Filhos da paz. Heróis do trabalho.” Abaixo dos dizeres, depois de um traço delimitador, uma paisagem que, em princípio e à esquerda de quem lê, representa a paisagem neoeuropeizada da colônia, com um homem e uma mulher de braços dados e um carrinho de criança numa área rural, sem floresta; à direita, uma data (1945), um veículo blindado e uma paisagem beligerante. No meio, o que parece ser um rio recortado por uma ligação entre um passado de lembranças da guerra e um futuro marcado pelo trabalho.



Figura 2: Pedra Fundamental em Entre Rios. Acervo de Monique Gärtner.

Considerações Finais

Bento Munhoz da Rocha, ex-governador do Paraná, referindo-se à Entre Rios disse certa vez: “A grande importância de Entre Rios está no exemplo e na imitação desse exemplo”. A produção da imagem da colônia foi difícil, conflituosa e tensa na primeira década de sua instalação. Provavelmente um dos principais

elementos para a coesão e que serviu para justificar o projeto imigratório foram as “condições naturais” favorecedoras da triticultura em Guarapuava, Paraná. Mesmo esse empreendimento gerou dúvidas nos colonos, na medida em que instabilidades eram comuns, especialmente devido a problemas de adaptação ou então da diferença de técnicas agrícolas em ambiente desconhecido por grande parte dos agricultores recém chegados.

Mesmo que a faculdade de adaptação fosse um elemento lembrado e enfatizado por relatos como aqueles que Gossner elaborou em 1952, a presença dos suábios em Guarapuava e seu projeto de neoeuropeização da paisagem a partir das transformações de áreas de floresta e de campo em lavouras de grande extensão cultivadas com produtos de clima temperado, tais como o trigo, mostrou que o empreendimento teve consequências ecológicas, socioeconômicas, políticas e culturais. Como parte das consequências ecológicas, é importante enfatizar que, se no início, a propriedade adquirida para a colônia tinha florestas e campos em proporções equivalentes, à medida em que a agricultura moderna ia avançando, as florestas iam desaparecendo, ainda mais porque ali havia araucária e imbuia, duas plantas de altíssimo valor comercial e grande aproveitamento. A coesão inicial, então, fora garantida pela ênfase em discursos técnicos de apropriação da terra, tais como o reforço das características propícias do solo regional para a triticultura, o clima que era semelhante ao europeu no qual os imigrantes estavam acostumados, e a *natureza* do centro oeste do Paraná.

Enquanto o processo de modernização agrícola avançava, os suábios passariam a acoplar ao discurso técnico sobre a produção agrícola, as características identitárias homogêneas, a partir de um maciço projeto de definição da memória coletiva e da história grupais, materializado em inúmeras produções culturais como peças de teatro, e também a monumentalização das ficções de fundação do grupo, sob a forma de museus e acervos privados, que passariam a enfatizar não apenas utensílios e técnicas agrícolas mas também o seu folclore tecido na diferença com a sociedade local.

Bibliografia

- Bender, B.; Winer, M. (Eds) (2001) *Contested Landscapes. Movement, Exile and Place*. Oxford: Berg.
- Buell, L. (2001) *Writing for an Endangered World*. Boston: Belknap.
- Colle, C. A. (1998) *A cadeia produtiva do trigo no Brasil: contribuição para a geração de emprego e renda*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Correa, D. (2014) *Paisagem e os estudos de história ambiental*. Projeto ‘As delimitações espaciais na história ambiental’. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.

- Cronon, W. (1991) *Nature metropolis*. New York: Cambridge University Press.
- Dean, W. (2000) *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Drummond, J. A. (1998) Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro.
- ELFES, A. (1971) *Suábios no Paraná*. Curitiba.
- Gärtner, M. (2014) *Alguns apontamentos para uma história ambiental da colônia Entre Rios*. Guarapuava: Universidade Estadual do Centro Oeste.
- Gora, A. (2010) *Dos campos nativos ao agronegócio. A contribuição suábica em Guarapuava nos relatos de Anton Gora (1951 – 2009)*. Guarapuava: Editora da Unicentro.
- Gossner, W. (1952) *Agrária. Die Siedlung der Donauschwaben in Municip Guarapuava im brasilianischen Staate Paraná – Bericht über die Ergebnisse de rim Auftrage der Schweizer Europahilfe durchgeführten Untersuchung*. Juandaí: März.
- Hubbard, K. J. (2013) *The Danube Swabians: A Post-war Extermination*. p.117-120.
- Klanovicz, J. (2007) *Natureza Corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990)*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
- Klanovicz, J.; Arruda, G.; Carvalho, E. B. de. (2013) *História ambiental no sul do Brasil: apropriações do mundo natural*. São Paulo: Alameda.
- Lohn, R. L. (1997) *Campos do atraso, campos modernos : discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975)*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Mores, L.; Klanovicz, J. (2014) Controle da natureza e modificação da paisagem: para uma análise das práticas agrícolas da sojicultura no Paraná, Brasil, por meio da imprensa entre os anos 1970 e 1980. *Diálogos*, v. 18, p. 179-201. Maringá: Universidade Estadual de Maringá.
- Nodari, E. S.; Klug, J. (orgs.) (2012) *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos.
- Nodari, E. S.; Correa, S. M. de S. (orgs) (2013) *Migrações e Natureza*. São Leopoldo: Oikos.
- Poutignat, P.; Streiff-Feart, J. (1998) *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora Unesp.
- Schama, S. (1996) *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Silva, C. M. da. (2002) *Saber, sentir, servir e saúde: a construção do novo jovem rural nos clubes 4-S, SC (1970-1985)*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Stein, M. N. (2011) *O oitavo dia: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios – PR (segunda metade do século XX)*. Guarapuava: Editora da

Unicentro.

Uekötter, F. (2013) “Environment and Memory: Some Introductory Remarks”.
Global Environment 11: 1-15.

Worster, D. (1991) *Nature's Economy: A History of Ecological Ideas*. New York:
Cambridge.